



Occultar a deshonra: práticas de infanticídio em Castro – Paraná (1884-1899)

Ana Paula Galvão de Meira¹

Resumo: O referente artigo versa sobre a análise de três processos judiciais, arquivados na Casa da Cultura Emília Erichsen, na cidade de Castro, Paraná. A prática de infanticídio, suster associada ao gênero feminino, conduz os caminhos de muitas mulheres do quarto – espaço privado – ao Tribunal de Justiça – espaço público. Busca-se nesta análise, através dos vestígios existentes na fonte polissêmica que é os processos criminais, a elaboração de uma reflexão acerca do dia-a-dia das mulheres parturientes e as agruras das limitações dos “papéis femininos” na sociedade patriarcal. Pelo viés do cotidiano ampliado por Michel de Certeau, credita-se a capacidade das trajetórias individuais destas mulheres infanticidas, a viabilidade historiográfica da fonte judiciária no constructo de novas perspectivas da história da violência, gênero e criminalidade.

Palavras-chave: Infanticídio; Crime; Gênero.

Abstract: The article refers to the analysis of three lawsuits, filed at the Emília Erichsen House of Culture, in the city of Castro, Paraná. The practice of infanticide, sustained associated with the feminine gender, leads the way of many women from the fourth - private space - to the Court - public space. In this analysis, through the traces in the polysemic source that is the criminal processes, the search for a reflection on the day-to-day of parturient women and the hardships of the limitations of the "feminine roles" in the patriarchal society is sought. Through the bias of the daily life extended by Michel de Certeau, the capacity of the individual trajectories of these infanticide women, the historiographical viability of the judicial source in the construct of new perspectives of the history of violence, gender and criminality, is credited.

Keywords: Infanticide; Crime; Genre.

Introdução

A violência feminina tem sido matéria de estudo nos campos da sociologia, antropologia, psicologia e história². O artigo que se segue, visa dialogar com a produção

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História, na área de concentração História, Poder e Práticas Sociais da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na linha de pesquisa Cultura e Identidades. Contato: meeira@gmail.com.

² Para citar alguns estudos desenvolvidos nas últimas décadas e, que os mesmos são referência neste artigo, destaco: SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência**: mulheres pobres e a ordem urbana (1890-1920). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. DIAS, M. O. L. S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984. CALEIRO, R. C. L. **História e Crime**: quando a mulher é a ré – Franca (1890-1940). Dissertação (Mestrado em História), Franca: UNESP, 1998. ZIMMERMANN, T. R. **Violência e Gênero em notícias no Oeste Paranaense (1960-1990)**. São Paulo: Paco Editorial, 2012. RINALDI, A. A. **A sexualização do crime no Brasil**: um estudo sobre a criminalidade feminina no contexto de relações amorosas (1890-1940). Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

historiográfica das últimas décadas, a qual tem apresentado trabalhos corajosos, e que possuem como cerne a contribuição da (des)construção dos objetos históricos.

Os motivos que impulsionam essa perspectiva historiográfica vão de encontro aos estudos que buscam perceber as mulheres além da naturalização de sua sexualidade, a qual fora construída culturalmente³. Os motores da escrita histórica, de acordo com Michel de Certeau, estão sempre relacionados ao lugar o qual o(a) historiador(a) faz sua análise e constrói seu objeto, sendo estes, relacionados às urgências do seu tempo (1982, p. 94). Contudo, fora a partir da provocação emitida pela historiadora Joan Scott, no seu artigo *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, que ocorreu o anseio em examinar o cotidiano de três mulheres infanticidas, em Castro, cidade localizada nos Campos Gerais do Paraná, entre 1884 e 1899.

Em poucas páginas, mas com uma reflexão ferina, Joan Scott ativa o pior sentimento no(a) pesquisador(a) contemporâneo, que busca equidade em seu trabalho, a partir das inúmeras possibilidades de *se fazer história*:

[...] as(os) historiadoras(es) feministas, que como a maioria dos(as) historiadores(as) são formados para ficar mais à vontade com descrição do que com teoria, tentaram cada vez mais buscar formulações teóricas utilizáveis. Eles(as) fizeram isso pelo menos por duas razões. Primeiro porque a proliferação de estudos de caso na história das mulheres parece exigir uma perspectiva sintética que possa explicar as continuidades e descontinuidades e dar conta das desigualdades persistentes, mas também das experiências sociais radicalmente diferentes. Depois porque a defasagem entre a alta qualidade dos trabalhos recentes da história das mulheres e seu estatuto que permanece marginal em relação ao conjunto da disciplina (que pode ser medida pelos manuais, programas universitários e monografias), mostram os limites das abordagens descritivas que não questionam os conceitos dominantes no seio da disciplina ou pelo menos não os questionam de forma a abalar o seu poder e talvez transforma-los. (SCOTT, J.W. 1990, p. 04-05).

Quando uma das historiadoras mais conceituadas da atualidade, enuncia que a *história das mulheres* flutua no limbo das descrições, sem “abalar” as estruturas dos campos da disciplina histórica, torna-se obrigação revermos nossas metodologias e propósitos na construção do conhecimento. A afirmação de Joan Scott consiste em um reflexo de uma crítica, que esta deve ouvir exaustivamente na academia, de seus colegas simpatizantes da história positivista. Porém, a historiadora trouxe para debate as fragilidades dos temas

³ Na historiografia, sabe-se da complexidade que generalizações referentes ao objeto problematizado provocam. Desse modo, quando trago a questão das mulheres sucumbirem a uma sexualização construída, definindo e ditando o modo como estas deveriam ser, refiro-me as mulheres presentes na historiografia ocidental. Para uma análise com maior rigor sobre a temática, vide: PERROT, Michelle. **Os excluídos da História**: operários, mulheres, prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009. SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

históricos e o modo de problematização dos documentos históricos na constante tarefa de (des)construção dos objetos da História.

Na perspectiva histórica, os estudos sobre as mulheres acompanham o crescimento da abordagem historiográfica dos “grupos marginalizados”, ou na terminologia utilizada por alguns autores, as pesquisas sobre as mulheres inserem-se ‘na história vista de baixo’⁴.

Imbricada a forças externas ao campo da academia, as *histórias das mulheres* foram sendo construídas em paralelo com as próprias alterações incididas na historiografia. Fora a partir do *start* dos movimentos sociais, estudantis e feministas⁵, fortemente presentes na segunda metade da década de 1960, que o grito surdo dos grupos não contemplados por séculos de negligência histórica atravessou os muros das universidades europeias e norte-americanas, infiltrando suas indagações e indignações no campo acadêmico.

Essa quebra de barreira dos movimentos de contestação ressoa globalmente e, desde então, repercute nos objetos de análise de inúmeras pesquisas elaboradas interdisciplinarmente. Este recente despertar da possibilidade de existir *histórias das mulheres* permite-nos visualizarmos o quão distante estamos de sanar esta dívida histórica. As alternativas geradas no percurso de contribuir com a elaboração da historiografia das mulheres foram inúmeras nas últimas décadas⁶.

Assim, justifica-se a viabilidade de através dos indícios encontrados na documentação judiciária, reorientarmos os percursos da historiografia brasileira, em relação ao que conhecemos sobre a violência perpetrada por mulheres. Os documentos mapeados e previamente analisados demonstram de antemão que os crimes cometidos por estas, possuem em seu contexto questões sociais, econômicas e culturais, que não estão “a parte” da sociedade masculina.

Busca-se deste modo, além de analisar as mulheres infanticidas de Castro, no final do século XIX, demonstrar que os documentos históricos, embora apresentem relatos individuais

⁴ Historicizando a metodologia da história vista de baixo, Jim Sharpe analisa tal prática historiográfica e suas implicações na disciplina histórica. Na forma de ensaio, o historiador pontua as alterações incididas no campo historiográfico e sua visão sobre o tema. Vide: SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: EDUNESP, 1992, p. 39-62.

⁵ Não cabe no espaço deste artigo, o aprofundamento devido em relação à importância do Movimento Feminista, na sua contribuição com a escrita da História. Destarte, entre tantas possíveis indicações de material sobre a temática, sugere-se a leitura na íntegra do artigo publicado por Céli Regina Jardim Pinto, o qual aborda o feminismo como força atuante no campo científico e contribuinte nas mudanças socioculturais ocorridas a partir da metade do século XX. PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

⁶ Vide: SILVA, T. M. G. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. **Politeia: História e Sociologia**. Vitória da Conquista. V. 8 n. 1, 2008, p. 223-231.

e isolados, possuem passividade analítica contribuindo para a (des)construção da história e interferindo no modo como se interpreta o passado.

Na historiografia produzida nas últimas décadas, evidenciam-se as transformações ocasionadas pelos novos problemas e metodologias, os quais advêm de indagações recorrentes dos historiadores sobre seu objeto/produto. Esta cadência de trabalhos, principiados pela perspectiva da Nova História⁷, correspondem a um reflexo das inúmeras modificações ocorridas no campo científico da disciplina, que desde o início do século XX, têm produzido análises que rompem com a história dita positivista. Isto se deve, principalmente, a ocorrente crise de paradigmas, a limitação da história factual e a eminente reavaliação do ofício do(a) historiador(a) (ARRAIS, 2004).

A perspectiva de análise deste artigo consiste em identificar e revelar as mulheres que cometeram o crime de infanticídio e, assim quebraram a ordem da lei/conduita regida no âmbito social, além da própria contravenção dos estereótipos identitários assimilados a *persona mulher* (SOIHET, 1989, p. 07). Para esta reflexão, a abordagem indiciária ginzburguiana⁸ e o conceito de cotidiano ampliado por Michel de Certeau orientarão tal perspectiva.

Objetiva-se desse modo, reavaliarmos a caracterização da historiografia das mulheres estar relacionada a uma “história vista de baixo”. As astúcias provocadas por estas, demonstram a fragilidade de se creditar em uma transversalidade histórica, em que se subentende haver camadas a serem transpassadas, até atingirmos possíveis “subsolos da

⁷ Contribuíram significativamente para esta nova posição metodológica de pesquisa, as perspectivas analíticas cunhadas como *Nova História Social* e *Nova História Cultural*. De acordo com Arthur de Lima Avila: “O termo ‘Nova História Social’ surgiu ainda na década de 1960 e foi utilizado para diferenciar entre os trabalhos desta nova historiografia e a chamada ‘História Social’ dos anos 1920 e 1930, principalmente. Esta última, em geral, estava sob a sombra da chamada História Progressista e preocupava-se com mudanças sociais de curta duração e com os chamados “costumes” da sociedade norte-americana [...]” (AVILA, 2010, p.148). Neste mesmo artigo, Arthur de Lima Avila considera os principais pilares e motores da história envolvidos nas transformações da historiografia norte-americana. A percepção da necessidade de problematizarem outras temáticas como: “[...] negros, latinos, imigrantes pobres e mulheres agora demandavam não só a escrita de novas histórias, mas se auto-atribuíam o direito exclusivo de fazê-lo”. In: AVILA, A. L. O passado despedaçado: o espectro da fragmentação profissional na historiografia norte-americana (c.1980-c.1990). **História da Historiografia**, Ouro Preto, v.4, p. 145-162, 2010.

⁸ O método indiciário, difundido pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, indica a praticabilidade da construção de narrativas históricas por meio dos indícios, sinais e vestígios encontrados nas fontes as quais o pesquisador seleciona. A prática indiciária ginzburguiana atua na observação investigativa dos detalhes, pistas, sinais e/ou sintomas do objeto de análise do pesquisador. O indiciário é considerado uma metodologia, a qual através deste exame dos indícios haverá a percepção acurada de elementos históricos. Para análise aprofundada do tema, verificar: GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. 9ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. _____. **Mitos, emblemas e sinais**. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. _____. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

História”. Homens e mulheres convivem socioculturalmente, deixando inúmeros vestígios através dos séculos, mesmo que tais aspectos cheguem ao nosso conhecimento, fragmentados e através de subjetividades.

O campo do direito em uma perspectiva *bourdiana*

Ao analisar os relatos inseridos nos processos criminais, deve-se considerar que tais documentos fazem parte de um processo institucional, o qual visa dar respostas à sociedade através da eficácia da justiça. Desse modo, a justiça e sua prática podem ser percebidas como *habitus*⁹ de um campo instituído enquanto agente normativo relacionado a uma sociedade e contexto específico. A funcionalidade do campo jurídico está relacionada às leis produzidas para punir atos subversivos, os quais diferem da ordem/norma estabelecida por determinada sociedade e seu contexto. No entanto, a prática do *habitus* somente possuirá eficácia caso a mesma seja reconhecida por esta sociedade e, pelos seus pares. Destarte, há de se compreender que a produção das legislações existe, pois há uma instituição – campo – que assegura sua razão de ser (SANTOS, 2011). Assim, o sociólogo Pierre Bourdieu define:

A constituição de uma competência propriamente jurídica, mestria técnica de um saber científico frequentemente antinômico das simples recomendações do senso comum, leva à desqualificação do sentido de equidade dos não especialistas. O desvio entre a visão vulgar daquele que se vai tornar “justiciável” quer dizer, num cliente, e a visão científica do perito, juiz, advogado, conselheiro jurídico, etc, nada tem de accidental; ele é constitutivo de uma relação de poder. (BOURDIEU, 2003, p. 225-226).

Nas considerações de Sheila Grillo, Pierre Bourdieu concebe que para haver o *habitus*, se faz necessário à existência de condições sociais que o garantam (GRILLO, 2005). Agregado a este elemento condutor, as condições as quais este *habitus* é aplicado, remonta o sentido prático “[...] o qual é engendrado sem a sua representação explícita pelos sujeitos, que são pegos na urgência de agir” (GRILLO, 2005, p. 157).

Pierre Bourdieu ressalta que, o capital simbólico mantido pelos agentes, através do *habitus* praticado nos campos os quais estes se relacionam, representa o caráter público enunciado de acordo com seus pares. Em relação ao campo jurídico, este poder simbólico é realizado através do ritual da nomeação dos cargos efetivos que irão praticar as ações estabelecidas pelo campo, de acordo com o que fora constituído pelo

⁹ O termo *habitus* utilizado neste texto corresponde à conceituação elaborada, fundamentada e ampliada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. Para Bourdieu, em síntese, *habitus* condiz com: “[...] *habitus*, sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ [...]” (BOURDIEU, 2003, p. 53-54).

habitus (BOURDIEU, 2012). Os poderes, os quais são reconhecidos pela sociedade e seu contexto, auxiliam na manutenção da ordem sob o olhar atento do Estado.

Ao analisar o pensamento bourdiano, Márcio Achtschin Santos, aponta que:

Bourdieu entende que a ação jurídica está diretamente relacionada com o poder [...] Mas, para que esse poder seja legitimado, é preciso que se mantenha desconhecido seu funcionamento, consagrando setores dominantes a partir da naturalização de práticas e regras (SANTOS, 2011, p. 98).

Nos diferentes contextos e elaborações dos Códigos Penais Brasileiros, a condenação à prática do infanticídio no campo jurídico, se fez presente nos manuais. No Código Criminal instaurado em 1830, ainda na vigência do Império, constavam dois artigos relacionados ao crime de infanticídio: “Art. 197. Matar algum recém-nascido. Penas – de prisão por três a doze anos, e de multa correspondente à metade do tempo”, além do seguinte artigo: “Art. 198. Se a própria mãe matar o filho recém-nascido para ocultar a sua desonra. Penas – de prisão com trabalho por um a três anos”.

Dois dos casos de infanticídio arquivados na Casa da Cultura Emília Erichsen, por serem datados anteriormente a 1890, são julgados pelo Código Criminal supracitado. Ambos os artigos buscam punir a prática do infanticídio, com a ressalva do artigo 198 em que este delibera a situação perpetrada pela mãe, no intuito de ocultar sua desonra. O terceiro caso da prática de infanticídio, já incurso pelo novo Código Criminal de 1890, é julgado através deste, o qual possuía diferenciações do anterior, sendo mais específico sobre as características imputadas no seu artigo 298:

Matar recém-nascido, isto é, infante, nos sete primeiros dias de seu nascimento, quer empregando meios diretos e ativos, quer recusando a vítima os cuidados necessários à manutenção da vida e a impedir sua morte: Pena – de prisão celular por seis a vinte e quatro anos.

De acordo com a historiadora Georgiane Garabely Heil Vázquez¹⁰:

[...] o Código de Processo Penal Brasileiro, até 1940, caracterizou o infanticídio como a morte de infante nos sete primeiros dias de vida, sendo que a mãe, ou qualquer outra pessoa para “salvar a honra” da mãe, poderia cometer o crime de infanticídio. Foi somente a partir de 1940 que a justiça, por meio do novo código, passou a compreender o infanticídio como um delito exclusivamente praticado pela mãe logo após o parto, influenciada pelo estado puerperal, gerando assim uma espécie de loucura momentânea que acabava na morte do infante (2005, p. 67).

¹⁰ Em sua dissertação de mestrado, Georgiane G. H. Vázquez analisa os três processos crime contemplados nesse artigo. Sua pesquisa buscou verificar as práticas de aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e século XX, através de dados obtidos na fonte judiciária e teses médicas. Vide: VÁZQUEZ, Georgiane G. H. **Mais cruéis do que as próprias feras**: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

A partir da análise de teses médicas e os processos criminais, a tônica dada pela autora refere que no século XIX, medicina e direito caminhavam juntos no intuito de sanar as dúvidas que pairavam nas práticas de aborto e infanticídio. Assim, Georgiane Garabely Heil Vázquez afirma:

Esta idéia de controle do corpo das mulheres foi justificada pela necessidade de coloca-lo em comunicação orgânica com o chamado “corpo social”, ou seja, novamente a justificativa médica de intervir nestas práticas relacionadas à sexualidade feminina com o intuito de organizar o espaço familiar assim como a criação e a educação das crianças (2005, p. 74).

Outro aspecto interessante, abordado pela autora, consiste na prática do infanticídio ser avaliada pelo judiciário, além de uma patologia puerperal:

[...] embora desde o final do século XIX a medicina tenha estudado e elaborado um conceito para a loucura puerperal e, em decorrência deste conceito, a caracterização da prática de infanticídio tenha sido alterada pela legislação penal brasileira, parte do meio médico e também parte do judiciário articulava a explicação da loucura nas mulheres envolvidas em casos de gravidezes clandestinas com a pobreza extrema (2005, p. 71-72).

Nesse sentido, verifica-se que os crimes praticados pelas mulheres analisadas nesse artigo, vão além do caráter patológico relacionado à prática do infanticídio. Os dados constantes nos processos crime examinados, demonstram os aspectos sociais relacionados a eliminação direta do infante.

Mesmo se tratando de um documento institucional e construído a partir da premissa normativa, a fonte judiciária tornou-se um documento fundamental na prática historiográfica das últimas décadas. A fonte judiciária é polissêmica e, sabe-se da sua fragilidade no sentido de desvelar *verdades históricas*. Contudo, compactuo com o historiador Sidney Chalhoub, quando este reitera que:

[...] ler processos criminais não significa partir em busca, “do que realmente se passou” porque esta seria uma expectativa inocente – da mesma forma como é pura inocência objetar a utilização dos processos criminais porque eles “mentem”. O importante é estar atento às “coisas” que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência. (CHALHOUB, 2001, p. 41).

Dessa forma, os três processos criminais analisados neste artigo, possuem inúmeras lacunas, relacionadas à própria construção do documento e, infelizmente, a precariedade do material armazenado em condições inadequadas anterior a manutenção e curadoria da Casa da Cultura Emília Erichsen. Contudo, as informações contidas nos processos são passíveis de análise e vão de encontro aos objetivos deste artigo em (des)construir objetos da História.

Do quarto ao júri – práticas infanticidas em Castro-Paraná no século XIX

O interesse pela análise das práticas infanticidas na cidade de Castro, ao final do século do XIX, não é aleatório. A região, inserida nos Campos Gerais¹¹, sofreu alterações profundas desde os finais do século XVII, em decorrência do tropeirismo. A motivação para visualizarmos e analisarmos as mulheres que praticaram infanticídio em Castro condiz com as mudanças ocorridas neste espaço, em decorrência da expressiva transição de pessoas, advindas de inúmeros locais do território nacional e outrora imigrantes.

As facetas das mulheres frente ao poder do judiciário são percebidas, principalmente, quando os crimes imputados estão relacionados à sua *condição de mulher* – como em casos de abortos e infanticídios.

O que ocorrera com a jovem Josepha Maria, de vinte e dois anos, solteira e doméstica, e sua mãe Constância Rodrigues Vaz, moradoras do Bairro da Fábrica de Cal, na cidade de Castro, é um exemplo das táticas de sobrevivência destas mulheres. Em fevereiro de 1884, estas são denunciadas pela própria vizinhança, que desconfiara do “sumiço” da barriga de Josepha e sem que houvesse nenhuma criança na casa da família. A dúvida pairava se a criança gerada por Josepha nascera ou não morta, como a família da ré tentava alegar aos populares. Contudo, em um momento de informalidade após seu interrogatório, imaginando que não fosse ouvida, Josepha declara sem atentar-se a sua afirmativa: “[...] Em tempo, pela respondente foi dito que tinha muita raiva da criança que trazia na barriga e fez, digo e declarou depois que fez essa declaração por que não suppunha ficasse ela escripta. [...]”¹².

Josepha e sua mãe Constância tornam-se rés, em um processo exaustivo, carregado de depoimentos que além de relatarem as práticas cotidianas da família e dos vizinhos, narram os modos de viver e fazer – como em relação ao estado das parturientes, parteiras e procedimentos dos partos realizados em casa no século XIX. No depoimento de Martinha Rodrigues, irmã da ré Josepha Maria, com então 18 anos, solteira e atuante em serviços caseiros, alguns aspectos da rotina da família após o nascimento de uma criança, tornam-se evidentes:

[...] Dice que não sabe nem lhe contarão que a criança tivesse dado signau de vida. Dice que sua mãe não permite que ella testemunha e suas irmãs entrem no quarto dai poucas que velão os parto e que as roupas d'estas são lavadas por mulheres casadas.

¹¹ A classificação da região entendida enquanto Campos Gerais considera, de acordo com o geólogo Reinhard Maack, características fitogeográficas e geomorfológicas (MAACK, 2012), no entanto, as apropriações do referido termo ultrapassam esta percepção geograficamente construída. Entre as pesquisas recentes, impera expressiva abrangência do uso desta denominação, a partir de características não geográficas (MELO; MENEGUZO, 2001) e, neste sentido, há a necessidade de historicizar os processos, os quais engendraram regiões – sociais, culturais, étnicas, políticas, econômicas – neste território.

¹² Processo crime 1884, s/nº, [fl. 40], CCEE.

Dice que seu irmão Feliciano no dia em que Josepha déra a luz foi dar louvado a seus paes, e se baptismo fez a filho d'aquella ella testemunha não sabe.¹³

O impedimento das irmãs de Josepha no quarto em que esta pariu a criança pode ser analisado de diferentes formas. Dentre estas, há a possibilidade de observar se realmente existia a prática de mulheres solteiras e crianças não acompanharem as parturientes no decorrer do parto. A outra opção consiste em ser uma tática da mãe de Josepha em impedir que as filhas menores percebessem que a criança a qual nascera viva, fora assassinada pela mãe e a irmã.

Com a denúncia instaurada, os peritos designados para apuração dos fatos, deslocam-se até a casa de Josepha, pois, de acordo com o que Constância havia declarado “[...] foi ela quem assistio ao parto de sua filha Josepha e que esta tivera um simples aborto, o qual foi interrado atrás da porta do quarto”¹⁴. Contudo, no local, o perito Felisbino dos Anjos relatou ter encontrado “[...] interrado não um aborto porem as secundinas as quaes estavam bem deterioradas porem conhecendo se ainda o umbigo ou cordão umbilicar [...]”¹⁵.

Na tentativa de justificar suas ações, Josepha relata as autoridades que na noite em que entrou em trabalho de parto, teve um “ataque” e, que deu ‘a luz’ “[...] um aborto e não uma criança. [...] que era uma bola sem osso e sem nada, e não sabe se era vivo [...]”¹⁶. Assim, Josepha busca demonstrar sua inocência, relatando as intempéries das quais não sabe os motivos de terem ocorrido com ela.

Após a declaração informal, sobre seus verdadeiros sentimentos em relação àquela gestação, que fora escutada pela promotoria, Josepha utiliza dos momentos em que lhe são concedidos espaços de fala, demonstrar que não houve nascimento de um ser vivo. Neste sentido, reforça-se a perspectiva certeuniana de cotidiano. A assertiva de Michel de Certeau concebe que, por ocorrência da ausência de um próprio – sendo este o poder – a tática tende a tornar-se a “arte do fraco” e, dessa forma:

“[...] a tática tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia” (1994, p. 101).

Do mesmo modo que Josepha busca a todo o momento em que lhe é permitido emitir sua versão dos fatos, a liberta Maria Luísa, filha de Marcelina, então com dezessete anos,

¹³ *Ibidem*, [fl. s/nº].

¹⁴ *Ibidem*, [fl. s/nº].

¹⁵ *Ibidem*, [fl. s/nº].

¹⁶ *Ibidem*, [fl. s/nº].

almeja que a Justiça de Castro a inocente, pois, esta sofrera apenas um aborto, não tendo praticado o crime de infanticídio.

O mês de maio de 1887 estava quase chegando ao fim, quando o Inspetor de Quarteirão Claro Manoel Subtil, recebeu a seguinte denúncia, que se tornara ‘voz geral’: “[...] a liberta Maria filha de Marcelina, deu a luz no dia 27 do corrente a uma criança a qual desapareceu sem constar que tenha falecido. V.S^a providenciará sobre o exposto como julgar conveniente”¹⁷.

Após a denúncia do Inspetor de Quarteirão, fora instaurado o inquérito policial, no anseio de coletar indícios que comprovassem a culpabilidade de Maria Luísa. Nos casos de crimes cometidos por mulheres, principalmente aqueles relacionados à sua sexualidade, a vigilância dos vizinhos sobre as práticas das acusadas é um elemento crucial nos depoimentos. No decorrer do inquérito de averiguação contra Maria Luísa, torna-se evidente que o seu dia-a-dia há muito vinha sendo monitorado pela vizinhança “além da ponte do Rio Iapó”.

Carolina Maria de Camargo, de trinta anos de idade, viúva e doméstica relatou o que sabia sobre a suspeita de Maria Luísa em ter praticado infanticídio:

[...] Respondeu que ouvio de Maria Eufrasia do Amaral disse que a liberta Maria a filha de Marcelina no dia vinte e sete do mes passado, de madrugada dera a luz a uma criança, e que esta desaparecera, supondo que fosse morta. Disse mais que ouvio da mesma Maria Eufrasia, que Adriana ex-escrava do finado Coronel Manoel Ignacio perguntara a dita Eufrasia se não sabia de algum remédio para matar a criança que estava para dar a luz Maria filha de Marcelina. Disse mais que antes de se fallar que Maria dera a luz, notou qe esta achava-se grávida pelos indícios que apresentava. Disse mais que a mesma Maria Eufrasia lhe contara que ouvira choro de criança recém nascida.¹⁸

A gravidez em estado avançado, que não seria apenas de três meses, a procura por remédios abortivos, o choro de uma criança recém-nascida em meio à madrugada após gemidos de dor, os quais se assemelhavam a dores do parto, são as principais evidências no decorrer do inquérito policial, relatadas por vizinhos, contra Maria Luísa e sua provável cúmplice, Adriana.

Embora muitas mulheres depoentes, conduziram a afirmação de que Maria Luísa realmente parira uma criança viva na madrugada de 27 de maio de 1887, Maria Eufrásia do Amaral, de trinta e oito anos e doméstica, se torna a testemunha chave, repassando informações as demais depoentes. Sobre a participação de Adriana no crime, Maria Eufrásia relatou:

¹⁷ Processo crime 1887, s/nº, CCEE, [fl. s/nº].

¹⁸ *Ibidem*, [fls. s/nº].

Adriana ex escrava do Coronel Manoel Ignacio do Canto e Silva antes d'este facto fora perguntar a ella depoente se não sabia de algum remédio para matar a criança de Maria, pois esta se achava grávida e era preciso se consumir a criança para evitar a deshonra de Maria, no que respondeu ella depoente que não sabia remédio para esse fim [...].¹⁹

Ao ser interrogada pelo delegado de polícia, Maria Luísa contou a sua versão dos fatos que desencadeou no aborto que tivera:

Respondeu chamar-se Maria Luisa, de desecete annos de idade mais ou menos, solteira, filha de Marcelina Maria do Espirito Santo, natural d'esta cidade e vive de serviços domésticos. Perguntado como se tinha passado o facto constante da parte do Inspetor de quarteirão. Respondeu que no dia vinte e sete do corrente mês esteve ella respondente com muitas dores na barriga, sem saber do que era proveniente e no dia vinte e oito as oito horas mais ou menos da manhã teve um aborto e tirou pedaços de uma criança e enleou em um pano e o atirara no rio Iapó, e isto fez de medo de sua Mãe, e por isso occultara d'ella. Perguntado se ela antes de ter esse aborto, pedira a alguns remédios para matar a criança no ventre? Respondeu que não pedira remédios a ninguém. Disse mais que tomara abutua nas occasiões que sofrera dores na barriga; e que ninguém lhe applicou esse remédio; e que ela tomara elle de motu próprio, e nada mais disse.²⁰

Maria Luísa é uma personagem diferente das outras duas mulheres acusadas de infanticídio, analisadas neste artigo. Sua caracterização como liberta, demonstra ter nascido após a Lei do Ventre Livre, promulgada em 1871 – no interrogatório ao júri esta responde ter entre 16 e 17 anos em 1887. No entanto, o fato que chama mais atenção, consiste em que esta jovem de origem pobre, solteira, inserida em um contexto escravocrata, era alfabetizada. Em todos os depoimentos acusatórios, em que esta se faz presente, sua assinatura consta ao final do texto, juntamente com a dos demais responsáveis pelos testemunhos. É a única mulher, em todo corpo documental do processo, que possuía conhecimento da escrita do seu nome.

Não há indícios na documentação, que nos permita conhecer a vida de Maria Luísa antes da prática do infanticídio, vestígios estes que auxiliaram na compreensão de como essa mulher pobre e liberta, tornara-se alfabetizada. Mas, pode-se através dos seus depoimentos, vislumbrar que esta possuía uma tônica diferente perante a justiça. Embora tenha relatado que tomara chá de abutua, esta reitera que o fez por conta própria para acalmar suas dores que lhe causavam enorme desconforto.

De acordo com Mary Del Priore, as práticas abortivas existentes nas sociedades, acompanharam todas as repreendas e tentativas coercitivas, tanto do Estado quanto da Igreja, para limpar a imagem 'emporcalhada' de uma mulher que se utilizava do aborto no intuito de eliminar uma gestação indesejada. Para a historiadora "[...] mulheres de todas as épocas

¹⁹ *Ibidem*, [fls. s/nº].

²⁰ *Ibidem*, [fls. s/nº].

sempre contaram em interromper a gravidez por meio de drogas abortivas” (PRIORE, 2008, p. 256).

Das duas citações de elementos farmacológicos utilizados por Maria Luísa, visando aliviar suas “dores de barriga”, estão o chá de abutua e chá de sene, ambas as plantas com propriedades abortivas. Estas tentativas da ré Maria Luísa, em demonstrar que o que houvera na noite de 27 de maio de 1887 fora uma fatalidade, demonstram as astúcias necessárias no convívio do cotidiano. Ao ser indagada sobre o choro de recém-nascido, o qual os vizinhos relataram no processo, terem ouvido sair do seu quarto, Maria Luísa responde:

[...] estava tomada de dores, e depois de dar lhe um chá retirou-se, ficando só ella interrogada com sua irmã menor, por ter sua mãe vindo para esta Cidade carregar agua. Perguntado se essa criança que diz ter dado a luz em pedaços, não dera sinais de vida ou não chorara como consta do processo? Respondeu que o choro que n'essa occasiam foi ouvido era de uma sua irmã pequena de anno e meio.²¹

Em um júri constituído apenas por homens, as rés Adriana e Maria Luísa são absolvidas das acusações. O fato da criança ter sido lançada no Rio Iapó, nas proximidades do vilarejo em que residiam, impediu que a Justiça averiguasse se houve infanticídio ou se ocorrera um aborto espontâneo. O que se pode analisar consta de que Maria Luísa estava em estado gestacional avançado – de acordo com as testemunhas aproximadamente oito meses – e, não desejando a maternidade precoce, após o parto matou a criança com o auxílio de Adriana e sua mãe, Marcelina – também ré constante no inquérito, mas inocentada por falta de provas no decorrer do processo.

Embora as lacunas no documento não permitam ir além de especulação, há nitidez nas redes de solidariedades entre as três mulheres denunciadas. Essa prática de ‘acobertamento’ faz parte das relações vicinais, instituídas na cotidianidade. São táticas, utilizadas por pessoas comuns, frente à punição normativa de sua sociedade e contexto.

A última mulher acusada de infanticídio, analisada neste artigo, é Fabiana Alves Teixeira, de 23 anos e solteira, residente na Campina do Antônio Chiquinho, Piraí, Distrito de Castro. O assassinato de sua filha recém-nascida, teria passado despercebido se não fosse por um cachorro ter desenterrado no quintal da casa de seus pais, um túmulo clandestino próximo a uma antiga cruz de madeira de cedro. O braço da criança, que aparecera sendo puxado pelo cão, foi testemunhado com espanto pelos vizinhos dos Teixeira, que logo acionaram o Inspetor de Quarteirão. Próximo à virada do século, em 20 de dezembro de 1899, Fabiana torna-se ré acusada de ter assassinado sua filha através de estrangulamento após o parto.

²¹ *Ibidem*, [fls. s/nº].

O processo contra Fabiana, dentre os três, intriga-me pela forma que as situações envoltas a sexualidade da ré, vão sendo apresentadas ao judiciário. Novamente, temos a vigilância da vizinhança sobre os corpos femininos. Fabiana, de acordo com os testemunhos, apresentava sinais de gravidez mesmo sendo solteira. No entanto, sua condição de gestante há tempos havia dissipado e não havia criança nenhuma na casa dos seus pais, levantando suspeita que o cadáver desenterrado pelo cachorro, seria de sua filha.

O pai de Fabiana, ao ser comunicado sobre a denúncia contra sua filha, recorre ao judiciário, buscando os meios cabíveis para inocentá-la.

Ilustríssimo Senhor Juiz Distrital Diz João Alvez Teixeira, residente neste município que constando-lhe pelo inquérito feito hoje no Juízo de Vossa Senhoria, que está sendo processada sua filha de nome Fabiana Alves Teixeira por crime de infanticídio, e que se nega. E sendo ella solteira e vivendo em companhia e guarda do supplicante vem requerer a Vossa Senhoria para provar a innocencia da referida sua filha, a citação desta testemunhas Antônio de tal, conhecido por Antonio batonha, sua mulher Anna de tal e Felisbina Maria Cordeiro. O supplicante provará com as referidas testemunhas que a denunciada sua filha esta sob sua guarda e administração; que é solteira e que é reconhecida como ignorante.²²

O constante da justificação deferida pelo pai da denunciada demonstra que este possuía conhecimento dos mecanismos do judiciário. Retratar sua filha como solteira, ignorante e condicionada a “sua administração”, desestrutura os caminhos da justiça em elucidar a culpabilidade da ré. Após a anexação da justificativa de João Alves Teixeira, as testemunhas são inquiridas se consideravam Fabiana “[...] como mulher ladina ou bruta?” ao que estas respondiam “[...] conhecê-la como muito bruta e ignorante”²³. As testemunhas indicadas pelo pai da ré, respondem que a conhecem desde menina e que esta praticava atos nefastos, relacionados à sua ignorância, e que seus pais desconheciam.

No entanto, a mãe de Fabiana, Maria Maurícia Bueno, ao depor sobre seu conhecimento dos fatos, relata:

[...] vendo sua filha grávida depois com os signaes de gravidez interrogou a respeito da existência do filho e tendo a seguinte resposta: “que tinha dado a luz e entregue ao pai Aleixo Alvez Teixeira uma criança, não sabendo o fim que este lhe dera”. Que o referido Aleixo era quem podia dizer quem foi o assassino da criança enterrada no quintal da casa d’ella testemunha, que não sabe o lugar onde sua filha deu a luz por que ella testemunha estava de cama e isto a quatro mezes pouco mais ou menos nem seu marido soube, pois estava fazendo um paiol na rossa. Que também ella testemunha não notou ter sua filha dado a luz apesar de morar com ella por que ella andava sempre de pé sem dar demonstração de ter dado a luz, sendo provável sua filha ter parido no matto. Que não sabe a razão por que seu marido justificou em juízo ser sua filha ignorante e viver sobre sua guarda e administração. Que depois de sua filha ter dado a luz, sahio das casas de seus pais por tolice, visto

²² Processo crime 1899 s/nº, CCEE, [fls. s/nº].

²³ *Ibidem*, [fls. s/nº].

não ter sido ameaçada de castigo algum, hindo para a casa de seu padrinho Manoel Vianna, residente na Louça, e lá tem se conservado [...].²⁴

Maria Maurícia parece desconhecer os motivos quem levaram seu esposo considerar Fabiana ‘ignorante’ para responder a prática de infanticídio, demonstrando que a justificação dada por este, é uma tática para inocentar sua filha da culpabilidade. Fabiana, no seu auto de qualificação, responde ser maior de idade, mas não possui nenhum modo de vida (profissão) por conta da sua ‘racionalidade’. No seu primeiro interrogatório, a ré afirma:

[...] é inocente por que não matou seu filho. Que com efeito havia ficado grávida sendo o autor de sua deshonra Aleixo Alves Teixeira Pinto e havia dado a luz em um monjolo a ocultar de seus pais tendo tido uma criança do sexo feminino que nasceu viva, mas faleceu logo, isto deu-se em uma noite e no dia seguinte ella interrogada enterrou a criança. Que quanto a uma palha que dizem encontraram no pescoço da criança ella interrogada não sabe como isso se deu por que ella não havia colocado nada.²⁵

A própria ré se contradiz, ao informar a princípio que entregara a criança ao pai, Aleixo Alves, logo após o parto, sendo que depois no seu próprio depoimento, confessa ter enterrado a recém-nascida que morrera poucas horas depois do nascimento. No segundo interrogatório, perante o júri, a denunciada ao ser questionada sobre a existência de possíveis fatos que auxiliassem a elucidar a sua inocência, responde: “[...] que tinha e que seu advogado mostrará”.

Aleixo Alves, de vinte nove anos, casado e primo de Fabiana, consta no processo como testemunha informante. Mesmo com a ré expondo que sua gravidez era consequência da relação com Aleixo, este em nenhum momento do inquérito, é questionado sobre esta informação. Apenas cita os fatos os quais possui conhecimento, sobre a gestação de sua prima e o cadáver da criança encontrada no pátio da casa de seus tios.

Após o libelo crime e a sentença do Júri, Fabiana que ficou por um curto período de tempo presa na Cadeia Municipal de Castro, é inocentada da acusação de infanticídio por falta de provas.

Os lugares praticados por mulheres infanticidas

No intuito de perceber as práticas delituosas de tais mulheres, busca-se no cotidiano as táticas e astúcias que estas manifestavam. O cotidiano pode ser compreendido enquanto um conjunto de práticas, sendo estas regulares ou irregulares, demonstrando que crimes como o infanticídio consistem em quebras da regularidade. A ruptura de práticas socioculturais interfere na concepção de cotidiano e influem na análise pretendida sobre criminalidade e

²⁴ *Ibidem*, [fls. s/nº].

²⁵ *Ibidem*, [fls. s/nº].

cotidianidade. Assim, a assertiva de José Machado Pais elucida a reflexão sobre a temática, em que: “[...] do ponto de vista de uma sociologia do cotidiano, não é apenas importante aquilo que fixa regularidades da vida social; é importante também aquilo que perturba” (PAIS, 2007, p. 84).

A problematização do cotidiano e como este se estabelece, têm sido matéria de trabalhos no campo da história e sociologia. Para uma compreensão do modo que a vida cotidiana se estabelece, a definição de Maria Helena Souza Patto, influenciada pelo pensamento helleriano têm por assertiva:

A vida cotidiana é a vida de todo homem, pois não há quem esteja fora dela, e do homem todo, na medida em que, nela, são postos em funcionamento todos os seus sentidos, as capacidades intelectuais e manipulativas, sentimentos e paixões, ideias toda vida cotidiana é heterogênea e hierárquica (quanto ao conteúdo e à importância atribuída às atividades), espontânea (no sentido de que, nela, as ações se dão automática e irrefletidamente), econômica (uma vez que, nela, pensamento e ação manifestam-se e funcionam somente na medida em que são indispensáveis à continuação da cotidianidade; portanto, as ideias necessárias à cotidianidade jamais se elevam ao nível da teoria, assim como a ação cotidiana não é práxis), baseia-se em juízos provisórios, é probabilística e recorre à ultrageneralização e à imitação (PATTO, 1993, p. 124-125).

No campo acadêmico, há com receptividade em alguns autores, o conceito de cotidiano no ideário da rotina. Tal compreensão, não interpõe uma inflexibilidade no termo, pois ainda de acordo com José Machado Pais (2007), determinar o cotidiano enquanto rotina significa perpetuar ações e repetições, as quais se manifestam na cotidianidade. Mesmo que haja a possibilidade de ocorrerem espasmos de ações individuais e/ou coletivas no cotidiano, tais eventos estão relacionados ao campo da probabilidade, e desse modo, credita-se que tais práticas cotidianas demandem certas regularidades e normatividades (MEIRA, 2015, p. 87).

Sobre cotidiano, a perspectiva ceriteuniana orienta esta análise das práticas infantilizadas em Castro, entre o período de 1884 a 1899. Michel de Certeau problematiza o cotidiano como um espaço de rupturas e, não unicamente envolto por normas e regramentos (CERTEAU, 1994). A obra fundamental de Michel de Certeau, que preconiza a percepção do cotidiano além de ação e estrutura, é *A invenção do Cotidiano*, de 1974. O próprio historiador alude que sua reflexão está pautada no: “[...] homem ordinário: Herói comum. Personagem disseminada. Caminhante inumerável” (CERTEAU, 1994, p. 57).

Para Michel de Certeau, este *sujeito ordinário* que cria espaços através de suas práticas, está envolvido com as *artes do fazer* no agir da cotidianidade. O historiador esclarece que a vida cotidiana transparece nos aspectos táticos, situados em ações do sujeito comum. O próprio autor ressalta que seu trabalho:

[...] não visa diretamente a constituição de uma semiótica. Consiste em sugerir algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, supondo, no ponto de partida, que são do tipo tático. Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas tática: gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos (CERTEAU, 1994, p. 103).

Para Michel de Certeau, o cotidiano engendra-se conforme procedimentos e, assim, rompe com a ideia de rotinização. Há para o autor, a possibilidade de pensarmos o cotidiano como movimento. A perspectiva certauniana auxilia visualizarmos as estratégias e táticas no cotidiano. De acordo com o teórico francês (1994, p. 99): “Chamo de estratégia o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado”.

O que Michel de Certeau problematiza como estratégias consistem nas práticas relacionadas a um lugar próprio e, postulado por uma instituição sociocultural. No entanto, a consideração certauniana sobre as táticas, são que estas se configuram como astúcias, as quais intervêm na trama social (1994, p. 100): “Chamo por tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem lugar senão o do outro”.

A viabilidade de visualizarmos o cotidiano, considerando-o um conjunto de práticas, as quais são acionadas através das estratégias ou táticas, permite irmos pelo caminho contrário ao de visualizá-lo condicionado a rotinização, estruturas reguladoras ou normatizações. As rupturas existentes na vida cotidiana demonstram que as táticas interferem de modo significativo nos aspectos reguladores da organização do cotidiano (MEIRA, 2015, p. 89).

Desse modo, baseado na perspectiva certauniana, visualiza-se a violência feminina como astúcia. São práticas de violência, que emergem no contexto do cotidiano, e incitam as relações sociais existentes, quebrando as normas pré-estabelecidas. Michel Maffesoli ao analisar a violência como objeto social descreve que almejar: “[...] uma nova análise teórica sobre ela, é muito delicado. Pode-se, no máximo, atualizar o que as diversas ciências do homem disseram e redisseram de várias maneiras” (MAFFESOLI, 1987, p. 13). As variáveis das práticas de violência são constantes nas sociedades e possuem relações íntimas com a própria estrutura do ser humano, tratando-se de um fenômeno da humanidade (MAFFESOLI, 1987, p. 13).

Para Michel Maffesoli, há uma tríade que sustenta as manifestações da violência nas sociedades: violência banal, violência anômica e violência totalitária. Ao analisar a violência que se apresenta nas relações cotidianas, há a possibilidade de visualizarmos os aspectos salientados pelo sociólogo, em relação à violência banal, a qual se caracteriza por elementos astuciosos daquele que pratica a violência. O ato violento, não está necessariamente relacionado à agressão, este pode se manifestar através de astúcias, do silêncio e perspicácia daquele que pratica, até mesmo em sua resistência, este irá demonstrar astúcia:

Consequentemente não é de estranhar que a astúcia seja uma forma específica da resistência e que ela permita a conservação da própria pessoa. Nesta perspectiva, o homem sem qualificações, elemento da massa, possui uma identidade de camaleão numa selva com múltiplos obstáculos e perigos, deve trocar de pele para poder sobreviver, deve ser politeísta para agradar a todos os deuses, o que os torna ciumentos e os faz arrostarem-se mutuamente (neutralizar-se) em resumo, ele deve saber aproveitar da sombra para poder sobreviver; é nisto que reside o princípio de sua força (MAFFESOLI, 1987, p. 120).

Para que as práticas infanticidas de Josepha, Maria Luísa e Fabiana sejam visualizadas na perspectiva da construção de espaços de conflitos, a categoria de gênero, manifestada pela historiadora Joan Scott, elucida algumas questões a serem abordadas através dos dados contidos nas fontes judiciais, os quais serviram de base para o artigo ora apresentado.

A historiadora pontualmente demonstra a forma como o próprio conceito de gênero fora sendo adequado à historiografia nas últimas décadas (SCOTT, 1995, p. 75). Contudo, a assertiva de Joan Scott amplia o campo da discussão da dicotomia sexo e gênero, demonstrando a historicidade dos corpos e as limitações – e/ou permissões – socioculturais produzidas a partir da construção dos sexos, e nesse sentido, esta afirma que “[...] gênero significa o saber a respeito das diferenças sexuais” (1994, p. 12).

No mesmo texto, Joan Scott enuncia sua conceituação de saber, através da abordagem foucaultiana. Conduzindo sua reflexão sobre gênero significar saber, a historiadora pontua:

Tal saber não é absoluto ou verdadeiro, mas sempre relativo. Ele é produzido de maneira complexa no interior de epistemes que têm, elas próprias, uma história autônoma (ou quase). Seus usos e significados nascem de uma disputa política e são os meios pelos quais as relações de poder – de dominação e de subordinação – são construídas. O saber não se refere apenas a idéias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social mas é inseparável dela (SCOTT, 1994, p. 12-13).

Assim, ao analisar e problematizar as práticas de infanticídio em Castro, entre o período de 1884 e 1899, é possível relacionar as práticas de infringir as normas de conduta ao contexto econômico, cultural, social e étnico que estas mulheres estavam inseridas. A abordagem do cotidiano, as relações vicinais e a perspectiva do “ser mulher” demonstram um

campo viável de prática historiográfica, que se intenta na contribuição dos estudos da História Social.

Para que o abismo entre as pesquisas históricas condicionadas a alcunha de “menos nobres” e as demais – produzidas pelo Alto Clero da Clio – se estreite, considero de extrema relevância a afirmativa da historiadora Margareth Rago, ao que esta salienta: “[...] a História não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra, à sua maneira, a matéria da história” (RAGO, 1995, p. 81).

Considerações finais

“A memória social de suas vidas vai-se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos” (DIAS, 1984, p. 07). Assim, logo no início de uma obra clássica da historiografia brasileira, Maria Odila Dias escancara a questão das mulheres na/para a história²⁶.

A categoria *histórias das mulheres*, retro refutada, condiciona e limita as práticas históricas destas que, invariavelmente seguem pela tangente nas análises e pesquisas do campo histórico. “[...] a sua integração na globalidade do processo histórico de seu tempo, parece um modo promissor de lutar contra o plano dos mitos, normas e estereótipos [...]” (DIAS, 1984, p. 07), ou seja, para que possamos quebrar as barreiras do preconceito contra a própria escolha das mulheres como objeto histórico, deve-se pensá-las em um contexto aglutinador, em que suas práticas fazem sentido e interferem nos pilares da História.

A viabilidade anunciada por Maria Odila Dias consiste em perceber as mulheres na totalidade da história. Por este motivo, a análise das práticas infanticidas na sociedade castrense entre 1884 e 1899, intui-se na tentativa de ampliar a historiografia dos transgressores das normas e condutas sociais na perspectiva das mulheres enquanto rés.

Os documentos produzidos pelo Poder Judiciário são ímpares para os estudos que pretendem observar as dinâmicas sociais das pessoas comuns. Cada vez mais os estudos que despontam no campo da história, demonstram a possibilidade de utilizar-se da fonte judiciária em análises não criminais. Exemplo disto são as reflexões feitas por Carlo Ginzburg, no seu aclamado *O queijo e os vermes*, em que o documento forense revela subsídios para a construção de uma história pelo viés da circularidade cultural (GINZBURG, 1987).

²⁶ DIAS, M. O. L. S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Maria Odila Dias reforça a importância da fonte judiciária para as pesquisas que intentam ir além do meramente construído e concebido como História. Avassalar as vicissitudes existentes nas frestas sociais; trazer a tona dados (histórias) que fazem parte de um quadro mais amplo, contudo, relegado a turves de uma historiografia maniqueísta. Maria Odila Dias ressalta que para a história e a pesquisa histórica:

Os processos judiciais e devassas policiais constituem apesar de tudo, um terreno rico e fascinante para a crítica do historiador. Documentos casuais, esparsos, fazem verdadeiro manancial de dados preciosos (DIAS, 1984, p. 28).

O número quase inexpressivo das práticas de aborto e infanticídio, arquivados na Casa da Cultura Emília Erichsen, demonstra não o caráter raro destes crimes cometidos por mulheres, mas sim, a dificuldade em punir tais práticas que ocorrem no espaço privado da vida cotidiana. As denúncias, as quais tornaram estas três mulheres rés e julgadas não apenas pela Justiça, mas também pela própria sociedade cristã conservadora, alude que as mesmas não conseguiram ocultar a maternidade indesejada de forma eficaz. Sejam por vizinhos atentos, inspetores de quarteirões e até mesmo cães, Josepha, Maria Luísa e Fabiana praticaram infanticídio e foram denunciadas a Justiça.

Embora em nenhum dos casos analisados, houvera a condenação do crime praticado, deve-se atentar-se aos vestígios deixados por três mulheres que ao final do século XIX romperam com as regularidades do cotidiano, e conseguiram através de suas astúcias, a garantia da Justiça que seriam inocentes, sendo dessa forma retirados seus nomes do *rol dos culpados*.

Fontes

Processo crime 1884, s/nº, Vara Criminal da Comarca de Castro, CCEE.

Processo crime 1887, s/nº, Vara Criminal da Comarca de Castro, CCEE.

Processo crime 1899, s/nº, Vara Criminal da Comarca de Castro, CCEE.

Referências

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. Considerações ligeiras sobre a recente historiografia brasileira. In: *I Encontro Regional da ANPUH-RN*, 2004, Natal. O ofício do Historiador, p.44-50, 2004.

AVILA, Arthur de Lima. O passado despedaçado: o espectro da fragmentação profissional na historiografia norte-americana (c.1980-c.1990). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v.4, p.145-162, 2010.

BARROS, José D'Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. *Textos de História*. Brasília, v. 11, n.1/2, p.145-171, 2003.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. Código Criminal do Império do Brasil. Rio de Janeiro: 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm>. Acesso em: 12/03/2017.

BRASIL. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acesso em: 12/03/2017.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUN, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas: Unicamp, 2001.

DEL PRIORE, Mary. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DIAS, Maria Odila L. S. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. 9ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *Mitos, emblemas e sinais*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GRILLO, Sheilla V.C. A noção de campo nas obras de Bourdieu e do círculo de Bakhtin: suas implicações para a teorização dos gêneros do discurso. *Revista da ANPOLL*. São Paulo, v.19, p.151-184, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da Violência*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice, 1987.

MEIRA, Ana Paula Galvão de. *Cotidiano e conflito de indígenas nos Campos de Tibagi e Guarapuava (1855-1885)*. Dissertação (Mestrado em História e Regiões). Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO. Irati, 2015.

MENEGUZZO, Isonel Sandino; MELO, Mário Sérgio de. Os Campos Gerais. In: *Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais*. Disponível em: <http://www.uepg.br/dicion/>. Acesso em: 09/08/2016.

PAIS, José Machado. *Sociologia da Vida Quotidiana: teoria, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007

PATTO, Maria Helena Souza. Conceito de cotidianidade em Agnes Heller e a pesquisa em educação. *Perspectivas*. São Paulo, v.16, p.119-141, 1993.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). *Cultura histórica em debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, nº 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

_____. Prefácio a Gender and politics of History. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 3, p. 11- 27, 1994.

SERPA, M. G. Perspectivas sobre papéis de gênero masculino e feminino: um relato de experiência com mães de meninas vitimizadas. *Psicologia & Sociedade*, 22, p. 14-22, 2010.

SANTOS, M. A. Uma leitura do campo jurídico em Bourdieu. *Águia: Revista Científica da FENORD*, v.01, p.90-105, 2011.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e a ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. *Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e infanticídio nos Campos Gerais entre o século XIX e o século XX*. Dissertação (Mestrado em História), Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2005.

Recebido em: 15/05/2017

Aprovado em: 27/07/2017